

Relatório de Gestão

Ano de 2017

Capítulo I

1. Análise Financeira

Pontos mais relevantes:
Na atual Conta de Gerência é importante destacar alguns factos, que pela sua natureza, assumem uma importância acrescida, assim:
As principais receitas desta Autarquia, continuam a ser municiadas pela Administração Central através do Fundo de Financiamento de Freguesias, que em 2017 foi no valor de €52.524,00 tendo um impacto percentual no orçamento desta Autarquia de 66,56%, seguindo-se as receitas próprias da Autarquia num valor total de €13.035,84 tendo um impacto no orçamento de 16,52% logo seguida pela Câmara Municipal através dos protocolos de Delegação de Competências, com o valor de €8.037,11 com impacto percentual de 10,19%, e finalmente a Administração Regional através dos vários Acordos de Cooperação no valor de €5.310,00 tendo um impacto percentual no orçamento desta Autarquia de 6,73%.

3.1 A Receita

No decorrer do ano esta Autarquia conseguiu um total de Receita Corrente Global no valor de €70.106,95 e Receita de Capital Global no valor de €8.800,00.

O saldo da Gerência Anterior (2016) foi no valor de €12.019,42 em saldo orçamental e €70,05 de Operações de Tesouraria, num total de €12.089,47.

O valor total de receita arrecadada neste ano de 2017 foi de €78.906,95.

3.2 A Despesa

Quanto à Despesa Corrente Global (Despesas de Funcionamento + Plano de Atividades + Plano de Investimentos por Administração Direta), foi neste ano de 2017 no valor de €69.758,80.

As despesas correntes não excederam as receitas correntes respeitando assim o princípio do equilíbrio substancial da execução orçamental constante da alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL.

Quanto à Despesa de Capital Global (Investimentos diretos) foi neste ano de 2017 no valor de €16.428,24.

3.3 Tesouraria

Durante o ano foram A Síntese das Reconciliações Bancárias demonstra que:

A Conta à Ordem Nº 0052681180/30/10 do SANTANDER encerrava um saldo a 31 de dezembro no valor de €2.071,45, sendo o saldo contabilístico à mesma data no mesmo valor não existindo divergência e a Conta à Ordem Nº 238-10.000392.6 do Montepio encerrava um saldo a 31 de dezembro no valor de €4.452,98, sendo o saldo contabilístico à mesma data de €1.944,08 justificando-se a divergência existente (€2.508,90) pelos pagamentos debitados no banco após o encerramento do ano.

3.4 Os Planos

O **Plano Plurianual de Investimentos**, demonstra no decorrer do mandato as previsões de investimento a realizar na Freguesia, assim sendo no ano de 2017, a execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) teve o nível de Execução de Financiamento Anual de 18,68% no valor total investido de €16.455,88.

O **Plano Plurianual de Atividades**, contendo a mesma visão plurianual do PPI, abrange, no entanto, as restantes intervenções da Junta de Freguesia em atividades que não sejam investimento, assim, regista-se que a execução financeira do Plano Plurianual de Atividades (PPA) teve o nível de Execução de Financiamento Anual de 66,79% no valor total aplicado de €18.344,37.

3.5 Conclusão

As limitações de ordem financeira constituem uma realidade à qual a autarquia não pode escapar. As escassas receitas próprias tornam-na demasiado dependente das transferências do Estado, através do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), das Instituições Públicas e da Câmara Municipal do concelho, através dos protocolos de delegação de competências, bem como de Acordos de Colaboração e Cooperação financeira.
Para fazer face aos atuais constrangimentos financeiros, o controlo das despesas correntes tem sido uma das grandes prioridades.
Apesar destas limitações, a Junta de Freguesia conseguiu, com grande competência, realizar muitos dos objetivos propostos no seu Plano de Atividades para 2017.

4.4 Resultado

Analisada a Receita e a Despesa do Ano Económico de 2017, contempla-se que o saldo resultante após o encerramento do ano é de €4.810,12.
Em Operações de Tesouraria ficaram retidos na Autarquia €70,80 para o Instituto da Segurança Social.

Resulta assim num saldo de Execução Orçamental de €4.739,32.

4.5 Passivos e Ativos

Passivo financeiro:
A 31 de Dezembro existiam dívidas a terceiros a curto prazo no valor de €2.816,23.

Ativo financeiro:
A 31 de Dezembro esta Autarquia não possuía receitas efetivadas e não cobradas.
Possuía no entanto Acordo de Execução com o Município assumido e por cobrar no valor de €998,36.

Capítulo V

2. Nota Final

As políticas contabilísticas estão adequadas à realidade de uma estrutura do tipo autarquia local e por isso sem fins lucrativos (art.º 235º, 237º e 238 da Constituição da República Portuguesa), salientando-se que os procedimentos e controlos internos vigentes asseguram os movimentos efetuados, em relação às receitas, despesas e pagamentos (art.º 238 da Constituição da República Portuguesa e Leis 169/99 de 18 de Setembro e 5-A/2002 de 11 de Janeiro (Competências e funcionamento dos órgãos das autarquias locais) estas revogadas pela Lei 75/2013 de 12 de setembro.
As Demonstrações Financeiras relativas ao ano económico de 2017 traduzem as despesas e receitas do referido exercício económico, em relação a atividades da Junta de Freguesia.

Vila das Lajes, 17 de abril de 2017

O Presidente da Junta

(César Leandro da Costa Toste)